



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
UNIDADE ACADÊMICA DE SANTANA DO IPANEMA - CAMPUS SERTÃO

WAGNER JANUÁRIO DE LIMA

**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NOS INDICADORES  
DE POBREZA MONETÁRIA NA MICRORREGIÃO DE SANTANA DO IPANEMA**

Santana do Ipanema  
2017

WAGNER JANUÁRIO DE LIMA

**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NOS INDICADORES  
DE POBREZA MONETÁRIA NA MICRORREGIÃO DE SANTANA DO IPANEMA**

Monografia apresentada no Curso de Ciências Econômicas como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas – UFAL / Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos

Santana do Ipanema  
2017

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Santana do Ipanema**  
**Responsável: Tatiana Alcântara**

L732c Lima, Wagner Januário de.  
Contribuição do programa Bolsa Família (PBF) nos indicadores de pobreza monetária na microrregião de Santana do Ipanema / Wagner Januário de Lima..

f.56

Orientador: Anderson Moreira Aristides dos Santos.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2017.

Bibliografia: f. 54-56.

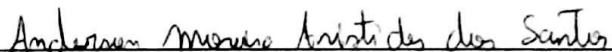
1. Programa Bolsa Família. 2. Indicadores de pobreza 3. Extrema pobreza  
I. Título.

CDU: 330

**WAGNER JANUÁRIO DE LIMA**

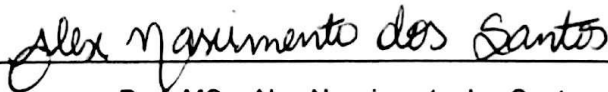
**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NOS INDICADORES  
DE POBREZA MONETÁRIA NA MICRORREGIÃO DE SANTANA DO IPANEMA**

Monografia submetida ao corpo docente do  
Curso de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL /  
Campus Sertão - Unidade Acadêmica de  
Santana do Ipanema e aprovada no dia 5 de  
Dezembro de 2017.



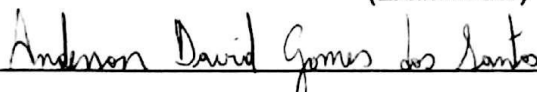
Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos  
(Orientador)

**Banca Examinadora:**



Prof. MSc. Alex Nascimento dos Santos

(Examinador)



Prof. MSc. Anderson David Gomes dos Santos

(Examinador)

Dedico este trabalho em especial para meu irmão Warley Paulo, *In Memoriam*, por todo conhecimento compartilhado e pela lição de vida que nos deixou. Dedico também aos meus pais José Antônio e Rosinete, minha irmã Evely Maria e meu outro irmão Warney José.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo ao meu Deus, por ter me dado forças e motivação para conseguir concluir mais esta etapa da minha vida. Nos momentos mais difíceis, graças à fé que tenho em ti meu Deus pude superar as dificuldades e seguir em frente.

Aos meus amados pais José Antônio e Rosinete por sempre incentivar e não medir esforços para que eu e meus irmãos sempre tivéssemos como foco principal os estudos, e por todo amor e exemplo que nos deram desde sempre.

Aos meus irmãos, Warley Paulo, *In Memoriam*, Evely Maria e Warney José, que tanto amo, agradeço por pela amizade, parceria, e por todos os momentos que tiveram comigo até hoje, que me fizeram entender o quanto vocês são essenciais e importantes na minha vida.

A Meire Mendonça, minha futura esposa, por todo carinho e amor que tem por mim e por ter sempre me incentivado e motivado em todos os momentos e etapas desse trabalho.

A todos os meus colegas e amigos da universidade, pelos conhecimentos compartilhados, pela amizade, pelos ensinamentos e exemplos de vida que me deram. Em especial aqueles que tiveram comigo nos momentos mais importantes enquanto estive na universidade, José Adeilton, José Jefferson, Manoel, Rodolpho Carvalho e Thaislene.

A todos os professores que ao longo da minha vida acadêmica deram sua contribuição para que eu pudesse vislumbrar um horizonte superior, me tornando ao final desse trabalho um Economista. Agradeço em particular ao Dr. Anderson Moreira Aristides, meu orientador, por toda paciência, sugestões, correções e demais contribuições que foram essenciais para conclusão desse trabalho.

Em suma, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação, meu muitíssimo obrigado.

## RESUMO

No Brasil, a população está à mercê de uma realidade onde a renda é mal distribuída, refletindo em grande quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo dessa forma seus direitos violados, pois não têm acesso ao básico deles, que abrange alimentação, saúde, educação, vestuário, entre outros direitos. Contudo, para diminuir as diferenças sociais existentes se torna imprescindível à criação de políticas que venham minorar a lacuna entre ricos e pobres, fazendo todos terem acesso aos seus direitos de forma igualitária. Portanto, esse trabalho tem como objetivo principal analisar a contribuição do PBF na redução dos indicadores de pobreza monetária na microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010. Para isso, utilizaram-se os dados do censo demográfico desse ano para ser feita uma comparação, considerando o efeito direto do benefício do PBF ao calcular índices com e sem remuneração do programa. Os principais resultados encontrados mostra um impacto positivo do PBF nos indicadores P0, P1 e P2, dessa forma, reduzindo a pobreza e extrema pobreza em todos os municípios analisados. Vale ressaltar que o programa foi mais eficiente na redução da extrema pobreza. Sobre a proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, houve redução para todos os municípios. Seguindo o mesmo caminho, houve redução da razão de insuficiência de renda e na severidade da pobreza, com variações positivas máximas observadas em 14 p.p. para o hiato médio e 19 p.p. no hiato médio quadrático.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Pobreza. Extrema Pobreza. Microrregião de Santana do Ipanema.

## ABSTRACT

In Brazil, the population is at the mercy of a reality where income is poorly distributed, reflecting in large quantity of people living in poverty and extreme poverty, thus having their rights violated, since they do not have access to their basic, which includes food, health, education, clothing, among other rights. However, to narrow existing social differences, it is imperative to create policies that will mitigate the gap between the rich and the poor, providing everyone equal access to their rights. Therefore, the main objective of this study is to analyse the contribution of the PBF to the reduction of the monetary poverty indicators in the microregion of Santana do Ipanema in the year of 2010. For this, the data of the demographic census of that year were used to make a comparison, considering the direct effect of the PBF benefit when calculating indices with and without program remuneration. The main results show a positive impact of PBF on the indicators P0, P1 and P2, thus reducing poverty and extreme poverty in all municipalities analysed. It is worth mentioning that the program was more efficient in reducing extreme poverty. About the proportion of people living in poverty and extreme poverty, there was a reduction for all municipalities. Following the same path, there was a reduction in the income insufficiency ratio and in the poverty severity, with maximum positive variations observed in 14 p.p. for the mean gap and 19 p.p. in the mean square gap.

**Keywords:** Bolsa Família Program. Poverty. Extreme Poverty. Microregion of Santana do Ipanema.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Microrregião de Santana do Ipanema .....	27
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Gastos do Programa Bolsa Família (em R\$ de 2010) na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016 .....	35
<b>Gráfico 2</b> – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016 .....	37
<b>Gráfico 3</b> – Razão entre o número de famílias beneficiadas pelo PBF por domicílios existentes nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema em 2010 .....	38
<b>Gráfico 4</b> – Crescimento real anual dos gastos do Programa Bolsa Família na microrregião de Santana do Ipanema, 2005-2016 .....	39
<b>Gráfico 5</b> – Gastos do Programa Bolsa Família (em R\$ de 2010) por família beneficiada na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016 .....	41
<b>Gráfico 6</b> – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o Fundo de Participação municipal (%) na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2011	42
<b>Gráfico 7</b> – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o PIB (%) na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2010 .....	44
<b>Gráfico 8</b> - Pobreza P0, P1 E P2 com e sem o PBF para a microrregião de Santana do Ipanema, 2010 .....	49
<b>Gráfico 9</b> - Extrema Pobreza P0, P1 E P2 com e sem o PBF para a microrregião de Santana do Ipanema, 2010 .....	53

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - % de crianças de 0 a 5 anos e 6 a 14 anos fora da escola nos anos de 2000 e 2010 .....	28
<b>Tabela 2</b> - % de crianças de 0 a 5 e 6 a 17 anos na escola nos anos de 2000 e 2010 .....	29
<b>Tabela 3</b> – IDHM total dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2000-2010 .....	30
<b>Tabela 4</b> – IDHM Renda, Longevidade e Educação dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2000-2010 .....	31
<b>Tabela 5</b> – Renda per capita dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2000-2010 .....	32
<b>Tabela 6</b> – Gastos (em R\$ de 2010) do Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016 .....	34
<b>Tabela 7</b> – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016 ....	36
<b>Tabela 8</b> – Crescimento real anual dos gastos do Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2005-2016 ....	38
<b>Tabela 9</b> – Gastos do Programa Bolsa Família (em R\$ de 2010) por família beneficiada nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016 .....	40
<b>Tabela 10</b> – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o Fundo de Participação Municipal (%) nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2011 .....	41
<b>Tabela 11</b> – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o PIB (%) nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2010 .....	43
<b>Tabela 12</b> – Pobreza (P0) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010 .....	45
<b>Tabela 13</b> – Pobreza (P1) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010 .....	46
<b>Tabela 14</b> – Pobreza (P2) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010 .....	47
<b>Tabela 15</b> – Extrema Pobreza (P0) com e sem o Bolsa Família e a variação	

percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010 ..... 49

**Tabela 16** – Extrema Pobreza (P1) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010 ..... 51

**Tabela 17** – Extrema Pobreza (P2) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010 ..... 52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPM	Fundo de Participação Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 O Programa Bolsa Família.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Evidências Empíricas do Impacto do Bolsa Família Sobre Diferentes Indicadores Socioeconômicos.....</b>	<b>19</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE SANTANA DO IPANEMA .....</b>	<b>27</b>
<b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
<b>5.1 Evolução dos Gastos .....</b>	<b>34</b>
<b>5.2 Impacto do PBF Sobre a Pobreza e Desigualdade de Renda.....</b>	<b>44</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## 1) INTRODUÇÃO

A população brasileira convive com a má distribuição de renda, o que reflete nos altos índices de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sem ter acesso ao mercado de trabalho, a uma alimentação de qualidade, saúde, vestuário, etc.

Para Ferraz (2008, p.7), “o problema da desigualdade é um componente histórico que perfaz a própria dinâmica do sistema de produção capitalista”. No caso brasileiro, devido aos altos índices de desemprego e analfabetismo, e por o país apresentar uma realidade na qual uma boa parte de sua população está vivendo abaixo da linha da pobreza, é que caracteriza o quão é mal distribuída a renda neste país. Em países capitalistas como é o caso do Brasil, geralmente percebe-se uma disparidade na sociedade, pois, para se chegar a uma igualdade social, os valores individuais têm que ser praticados. (FERRAZ, 2008, p.7)

Dessa forma, a criação de políticas sociais se torna indispensável para tentar diminuir a lacuna que existe entre ricos e pobres, e assim, garantir os direitos básicos dessa classe desfavorecida. E sobre isso, Virgens (2011, p.56 e 57) mostra que os programas de transferência de renda condicionada, sendo o principal e mais eficiente deles o PBF, contribuíram tanto para a redução da desigualdade de renda quanto para aumento da renda per capita.

Assim, Durieux (2011, p.12) vem mostrar que:

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa brasileiro de transferência direta de renda com condicionalidades. Sua estrutura está fundamentada em torno de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias, para que tenham condições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza.

Testa et al (2013) mostra que os programas assistencialistas como o PBF, tentam reduzir as diferenças sociais almejando uma sociedade mais igualitária. Os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que investem no capital humano, têm cooperado para a redução dos indicadores de desigualdade e pobreza no Brasil, sobretudo na redução da pobreza extrema, contribuindo, portanto, para que essas pessoas que fazem parte desses programas possam ter acesso aos

direitos básicos, como, alimentação, saúde, educação, entre outros (ABREU 2011, p.50).

Portanto, esse trabalho tem como objetivo principal analisar a contribuição do PBF nas reduções dos indicadores de pobreza monetária na microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010. Dessa forma, será feita a comparação dos dados do censo demográfico desse ano, considerando o efeito direto do benefício do PBF ao calcular índices com e sem remuneração do programa. Além disso, de forma complementar, esse trabalho analisa a evolução dos gastos e das famílias beneficiárias do PBF, comparando ao Fundo de Participação Municipal (FPM) e o Produto Interno Bruto (PIB).

A hipótese desse trabalho é que o PBF contribuiu para a redução dos indicadores de pobreza e extrema pobreza, fazendo com que as pessoas que se encontravam nessas situações alcançassem os seus direitos básicos. Entretanto, há algumas fragilidades como, por exemplo, a fiscalização para saber se as condicionalidades do programa estão sendo cumpridas, que em alguns momentos não foi eficaz.

Marques et al (2004) identificou que o PBF será mais importante ainda para aqueles municípios que sua receita disponível for menor. Dessa forma, percebe-se a importância de analisar uma região onde as receitas disponíveis são relativamente pequenas.

Há uma necessidade de verificar quanto é a contribuição do PBF na redução dos indicadores de pobreza, sobretudo, na região escolhida nesse trabalho, pois são poucas as pesquisas voltadas para a realidade local. Portanto, esse trabalho busca mostrar a eficácia e importância do PBF nesses municípios mais pobres, a fim de contribuir para que outras políticas públicas sejam elaboradas para a realidade local. E, especialmente, compreender os impactos de sua introdução na renda dos mais pobres, fazendo-os ter acesso aos direitos básicos, como, alimentação, saúde e educação. Para que desta forma haja uma compreensão da importância deste programa para redução das desigualdades no Brasil.

O trabalho está dividido em seis capítulos, que se inicia por essa introdução. No capítulo 2 é feita uma revisão de literatura, mostrando o PBF desde a sua gênese até esse momento e seu impacto sobre os diversos indicadores



socioeconômicos. No capítulo 3, tem-se a metodologia do trabalho, que evidencia como a pesquisa foi desenvolvida. Logo após, o capítulo 4 mostra a caracterização socioeconômica da microrregião de Santana do Ipanema, trazendo alguns dados gerais da região. O capítulo 5 trata da análise dos resultados, onde mostra a contribuição do PBF nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema. E por último, o capítulo 6 traz as considerações finais.

## **2) REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1) O Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em outubro de 2003 pelo Governo Federal, através da medida provisória de nº132 e transformada em lei de nº10.836 em janeiro de 2004. Este é um programa condicional de transferência de renda direta, administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que tem como objetivo a promoção ao alívio da pobreza por meio da renda repassada às famílias, e através do programa, tentar fazer com que essas pessoas passem a ter acesso aos direitos básicos como saúde e educação, e consigam por meio do PBF tentar quebrar com o ciclo inter-geracional de transmissão de pobreza.

As famílias para serem inseridas no PBF precisam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O programa possui duas linhas de elegibilidade e emolduram as famílias em cada uma delas, que são: a primeira linha se enquadram as famílias extremamente pobres, e a segunda as famílias pobres. As famílias que declaram renda mensal per capita até R\$ 85,00 são avaliadas extremamente pobres, já as famílias que afirmam ter renda per capita mensal de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 são consideradas pobres (valores julho 2016).

A transferência de renda do PBF é paga desde 2009 por um período mínimo de dois anos, mesmo ocorrendo variações na renda das famílias. Vale lembrar que este programa possui algumas condicionalidades, ou seja, condições impostas às famílias para continuarem a receber o benefício. São condições que devem ser cumpridas em relação a saúde e educação. Em analogia à educação, os responsáveis devem matricular todas as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola e garantir que tenham frequência mensal mínima de 85% da carga horária total. Já para os jovens de 16 e 17 anos, devem também estar matriculados e ter frequência escolar mensal mínima de 75%. No requisito saúde, as famílias assumem o compromisso de levar todas as crianças menores de 7 anos para tomar todas as vacinas indicadas pela rede de saúde e de acompanhar o crescimento e desenvolvimento delas. No que diz respeito às gestantes e nutrizes, estas devem realizar o pré-natal e comparecer às consultas na Unidade de Saúde.

O valor que o PBF repassa a cada família varia de acordo com as características das mesmas. As famílias que se encontram em situação de extrema pobreza recebem um valor de R\$ 85,00, designado básico. Existe também outro benefício do PBF, este, destinado às famílias extremamente pobres e também às pobres, agora denominado variável, pago de acordo com a quantidade de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, com o limite de cinco benefícios por família. Neste, as famílias recebem por cada um R\$ 39,00, totalizando no máximo, R\$ 195,00 por unidade familiar. As famílias que tenham em sua composição gestante receberão nove parcelas mensais de R\$ 39,00, no entanto, para embolsar, a gravidez tem que ser identificada pela área de saúde, que passará a informação ao PBF. Em relação à nutriz, que na família tenha crianças de 0 a 6 meses. Nesta situação são concedidas seis parcelas mensais de R\$ 39,00 para ajudar na alimentação do bebê. Sobretudo, para que seja concedida, a família terá que informar ao Cadastro Único os dados do bebê até o sexto mês de vida.

A variável recebida por criança e o limite das mesmas alterou com o passar dos anos. Inicialmente as famílias recebiam R\$ 15,00 por criança, e com limite de três por unidade familiar, totalizando R\$ 45,00. Posteriormente aconteceram reajustes, onde o limite das mesmas passou para cinco, e o valor recebido para R\$ 35,00 e no último reajuste R\$ 39,00.

Em dezembro de 2007 criou-se o benefício para os jovens com 16 e 17 anos. As famílias com jovens, com limite de dois, receberão R\$ 46,00 por cada um, totalizando R\$ 92,00 no máximo por família. Vale ressaltar que inicialmente o valor recebido por jovem era R\$ 30,00, e com a evolução do PBF esse valor recebido por jovem foi sendo reajustado, como por exemplo, passando de R\$ 30 para R\$ 38, depois R\$ 42 e por fim chegando ao valor da última alteração, R\$ 46,00 (Valor julho 2016).

Mesmo auferindo esses benefícios do PBF, determinada família ainda possui renda familiar per capita inferior a R\$ 85,00 mensais, nesta situação o PBF dá um complemento extra para que a renda per capita familiar supere os R\$ 85,00 mensais e, dessa forma, essa unidade familiar saia da extrema pobreza.

O Programa Bolsa Família passou por mudanças no desenho dos benefícios e reajustes desde quando foi criado em 2003 até este ano (2017). Em relação às linhas de elegibilidade, que separam as famílias em extremamente pobres e pobres,

inicialmente tínhamos: R\$ 50,00 e R\$ 100,00; depois de 2006 a 2009 R\$ 60,00 e R\$ 120,00; R\$ 70,00 e R\$ 140,00 de 2009 a 2013; em seguida R\$ 77,00 e R\$ 154,00 de 2014 a 2016; e a última alteração em junho de 2016, de R\$ 85,00 e 170,00.

O Governo brasileiro trabalha de forma interligada com os municípios e estados, a fim de que todos os beneficiários do PBF tenham seus direitos básicos atendidos, como saúde e educação, e se existem famílias com dificuldades para ter acesso a esses direitos, e preocupam-se também com o crescimento e desenvolvimento das crianças. Em contrapartida, eles verificam se todas as condicionalidades estão sendo cumpridas, se não, aplicam advertências a fim de que as famílias voltem a cumprir.

Portanto, foi verificada a importância que tem o Programa Bolsa Família na vida dessas pessoas no sentido de minorar as penúrias. E por meio da transferência de renda e das condicionalidades, amenizar ou por fim a fome de todos os seus beneficiários, incentivar os responsáveis a manter as crianças e jovens na escola e ter mais cuidado com sua saúde e das crianças.

## **2.2) Evidências Empíricas do impacto do Bolsa Família sobre diferentes indicadores socioeconômicos**

Esta seção apresenta algumas das principais evidências do impacto do Programa Bolsa Família sobre diferentes indicadores socioeconômicos

Tendo como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) no período entre 1997 e 2004, Hoffmann (2006) analisa o efeito dos programas de transferência de renda sobre a redução da desigualdade de renda no Brasil e em suas cinco regiões. O autor conclui que esses programas contribuíram para redução da desigualdade de renda, principalmente na região Nordeste. Resultados semelhantes foram encontrados em Soares *et al.* (2006), sendo que esses últimos autores mostram que 28% da queda no índice de Gini do Brasil foi obtida devido aos programas Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família.

Rocha (2006) analisa o efeito dos programas de transferência de renda sobre a pobreza, através de simulações do impacto desses programas caso eles

atendessem a população-alvo total. A base de dados utilizada foi a PNAD para o Brasil, separando dois períodos, um antes de 2003, referente ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e outro a partir de 2003 correspondendo ao governo Lula. Os resultados mostram que os programas federais de transferência de renda do governo FHC: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio Gás - não tiveram grandes efeitos sobre a pobreza, dada também a magnitude desses benefícios. Já no governo Lula, tendo como principais programas o Fome Zero e Bolsa-Família, houve um aumento das transferências, assim como no número de beneficiados, onde esses programas tiveram grandes impactos na redução da pobreza.

Duarte, Sampaio e Sampaio (2009) fazem uma análise do impacto das transferências do Programa Bolsa Família sobre o gasto com alimentos de famílias rurais em 32 municípios dos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Foi utilizado pelos autores como método o *Propensity Score Matching* e dados obtidos através da pesquisa de campo realizada pela PADR-/Ufrpe/Fadurpe com 838 famílias. Os principais resultados encontrados foram que o programa tem um impacto positivo em relação ao consumo de alimentos das famílias analisadas.

Melo e Duarte (2010) fazem uma investigação a respeito do impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar das crianças de 5 a 14 anos. Essa análise tem como centro de pesquisa as crianças da agricultura familiar dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Sergipe. Os autores têm como fonte de dados a PNAD de 2005 e dados obtidos através de pesquisas de campo. O objetivo com esses dados é obter estimativas de *propensity score*. Os resultados encontrados mostram que o PBF tem um impacto positivo quando se diz respeito à frequência escolar das crianças. Através dos dados observou-se um aumento entre 5,4 e 5,9 pontos percentuais na frequência escolar. No entanto, quando foi feita a análise por gênero separadamente, o programa continua com efeito positivo para as meninas, mas para os meninos não tem efeito algum. Os autores argumentam que essas diferenças entre os gêneros têm algumas explicações, como por exemplo, os meninos começam a trabalhar mais cedo nas atividades produtivas, e caso dedicasse mais tempo aos estudos, faltaria mão de obra nessas atividades, que meninas normalmente não fazem. E no caso delas, começam a trabalhar mais tarde, e tem um desejo maior em estudar, pois percebem que estudando terão mais

oportunidades de deixar o meio rural, que no caso delas, apresentam uma vontade menor de permanecer no campo.

Tavares (2010) analisa em seu trabalho a possível existência de um incentivo negativo do PBF em relação à oferta de trabalho das mães. Ela faz uma comparação com mães beneficiárias do PBF com mães não beneficiárias, e para isso ela utilizou método de *propensity score matching*, com três grupos de controle. Os resultados encontrados mostram um efeito-renda relacionado ao valor recebido pela mãe, ou seja, quanto maior o valor do repasse do PBF, menor será a participação da mãe no mercado de trabalho. No entanto, foi constatado também um efeito substituição que pode ser visto da seguinte forma, devido à redução da oferta de trabalho dos filhos por terem que frequentar a escola (condicionalidade do programa), a mãe teria que compensar trabalhando mais, ou seja, aumentando sua oferta de trabalho, e por consequência, reduzindo o trabalho infantil, e também por disponibilidade de tempo, pois os filhos estariam na escola e ela não precisaria estar cuidando deles. Portanto, verificou-se que o efeito substituição se sobrepõe ao efeito-renda.

Foi verificado através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que nos domicílios onde residem pessoas que recebem o PBF, tanto as beneficiadas quanto as demais da casa têm uma participação maior no mercado de trabalho do que as pessoas que em sua residência não tem beneficiários. Através disto chegou-se à conclusão de que receber esta renda do programa Bolsa Família não vai fazer com que os beneficiários e demais da residência parem de trabalhar ou de procurar emprego, mas sim, de ter mais alternativas de escolha e não aceitar ofertas que vá ter uma remuneração precária ou escravizar a pessoa (BAPTISTELLA, 2010).

No trabalho de Baptistella (2010) são feitas análises a respeito dos impactos dos programas de transferência de renda condicionada na composição da renda domiciliar *per capita*, e seu impacto para a redução da pobreza e desigualdade de renda. Através da decomposição do índice de Gini e dos dados da PNAD de 2001 a 2006 ela mostra o quanto foi a participação dos programas de transferência condicionada de renda na formação da renda familiar. Os resultados encontrados mostram que esses programas sociais de transferência de renda, e principalmente o PBF tem contribuído cada vez mais para a formação da renda domiciliar *per capita*,

e que esse programa tem, sobretudo, contribuído para as quedas nas taxas de disparidade de renda em todas as macrorregiões brasileiras, e também nas quedas verificadas ano após ano do índice de Gini, onde foi constatado maior redução no Nordeste decorrente do PBF. A autora ainda cita no decorrer do seu trabalho, que quanto maior for a focalização desses programas, mais eles contribuirão na redução da pobreza e desigualdade de renda, pois se verificou que mais de um quarto nessas reduções já citadas deve-se a esses programas e principalmente ao PBF.

Silva (2010) analisa a pobreza, desigualdade e políticas públicas no Brasil. A autora traz em seu trabalho abordagens sobre as diversas classes de pobreza e desigualdade de renda e exclusão social para embasamento teórico, sobretudo, com foco sobre a pobreza e desigualdade de renda. Para início de análise, a autora levou em consideração o quadro social brasileiro e os programas sociais de enfrentamento da pobreza. O resultado encontrado foi que de acordo com a realidade do momento analisado, os índices de pobreza e desigualdade social despencaram e o volume de renda para financiamento desses programas teve um aumento. Silva (2010) ainda destaca em seu texto que o PBF é o maior programa de transferência de renda implementado no Brasil.

Santos (2012) tem como objetivo analisar qual é a importância do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e desigualdade de renda no período de 2001 a 2009 e quais os impactos dessa política de transferência de renda sobre o mercado de trabalho com base nos dados da PNAD desse mesmo período. Para chegar as suas conclusões o autor utiliza as seguintes metodologias: modelos de regressão Logit, Probit e Log-linear, método de decomposição de Oaxaca e Blinder e modelo de micros simulações da renda familiar per capita. Os resultados indicam que o PBF contribuiu para a redução da pobreza e desigualdade de renda no período analisado, tornando dessa forma o Brasil um país menos desigual. Foi verificado pelo autor que os programas de transferência de renda condicionada do governo, que tem como o principal e maior o Bolsa Família, contribuiu com cerca de 43% da redução da pobreza e desigualdade de renda no país no período de 2001 a 2009, ou sendo mais preciso, retirando cerca de 2,6 milhões de pessoas da pobreza e 6,5 milhões da extrema pobreza.

Jaccoud (2013) mostra em seu trabalho que de acordo com pesquisas feitas anteriormente, não existe desestímulo dos beneficiários do PBF em relação ao

mercado de trabalho, ou seja, esses beneficiários do programa estão ativos no mercado de trabalho e não se acomodam por que recebem o benefício. Santos (2012) seguindo esse mesmo pensamento retrata que o PBF não gera o “efeito preguiça”, ou seja, as pessoas não deixam de procurar emprego ou param de trabalhar por que recebem o benefício do programa.

Já Neri, Vaz e Souza (2013) analisam os efeitos macroeconômicos das transferências sociais do governo brasileiro. Os principais resultados encontrados neste trabalho mostram que o Programa Bolsa Família apresentou o melhor resultado, um efeito multiplicador sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de 1,78 e sobre o consumo final das famílias de 2,40, ou em outras palavras, um aumento marginal de R\$ 1 nesse programa acarretaria em um aumento de R\$ 1,78 no PIB. Os efeitos marginais do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre o PIB e consumo final das famílias foram respectivamente de 1,19 e 1,54.

Cotta e Machado (2013) tiveram como objetivo em seu trabalho revisar estudos que mediram o impacto do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional no Brasil. Para isso elas utilizaram como fonte de dados as bibliotecas Cochrane, Lilacs, Medline e Scielo, e também sites do governo Federal. Para esse estudo elas fizeram uma seleção de trabalhos, onde foram priorizados aqueles que tivessem utilizado dados primários em suas análises. Os principais resultados foram que de uma amostra de dez estudos, 5 constataram que o Programa Bolsa Família contribui positivamente para a segurança alimentar e nutricional, garantindo a essas famílias acesso à alimentos em quantidade e variedade, e dessa forma contribuindo para uma melhora no estado nutricional das crianças. No entanto, foram verificados em outros três trabalhos que o programa contribuiu para o consumo de alimentos com baixo valor nutricional e maior valor calórico, o que poderia acarretar em doenças crônicas não transmissíveis, obesidade e sobrepeso. Contudo, constatou-se que o PBF contribui para a segurança alimentar daquelas famílias que se encontram em vulnerabilidade social.



### 3) METODOLOGIA

Inicialmente, como já tratado neste trabalho, o objetivo principal é analisar qual foi a contribuição do Programa Bolsa Família em alguns indicadores de pobreza monetária na microrregião de Santana do Ipanema.

Análise empírica utilizando estatísticas descritivas simples será feita. Dessa forma, será analisada a evolução dos gastos e nas famílias beneficiárias do PBF, no período entre 2004 até 2016. Os valores dos gastos serão verificados em valores monetários constantes do ano 2010 (R\$ de 2010), sendo utilizado como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para correção monetária. Será utilizada como fonte dos dados, a Matriz de Informação Social para os dados do programa, e o IPEADATA para os dados do INPC.

Para sabermos como está a atuação dos programas sociais, como por exemplo, o PBF, pode ser utilizado como referência a Matriz de informação Social, que é um utensílio computacional que fornece essas informações na forma de indicadores, que podem ser encontradas tanto em função do território quanto em função do próprio programa. As informações podem ser obtidas por estado, microrregiões, municípios, entre outros. Pode ser encontrado, por exemplo, nessa ferramenta, dados dos gastos do PBF, número de famílias beneficiárias, fundos constitucionais. Outra fonte de dados importante é o IPEADATA, que fornece indicadores macroeconômicos, regionais e sociais, abrangendo dados demográficos, financeiros, de renda, econômicos, educação, habitação, trabalho, saúde e outros.

Posteriormente, será analisada a evolução das razões entre os gastos do PBF e o Fundo de Participação Municipal (FPM) e também o Produto Interno Bruto (PIB). Esses tiveram como fonte de dados o IPEADATA. Para melhor entendimento, o FPM é uma transferência constitucional da união para todos os municípios do país, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A divisão dos recursos aos municípios ocorre através do número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais que para cada uma dessas existe um coeficiente individual (MENDES, MIRANDA E COSIO, 2008). Já o PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado período

por um país. Ou seja, tudo que é produzido na agropecuária, indústria e serviços. Que vai desde o pão ao veículo. O IBGE é quem faz o cálculo do PIB.

E, por fim, para cumprir com o objetivo principal, será necessária a utilização de alguns indicadores de medição de pobreza para sabermos os impactos causados pelo Programa Bolsa Família nesses indicadores. Que são eles: O P0 – proporção de pobres, P1 – Hiato médio da pobreza, P2 – Hiato médio quadrático da pobreza, esses pertencentes à classe proposta por Foster, Green e Thorbecke (1984). Ressaltando que para efeito dos cálculos desses indicadores, esse trabalho considera como pobre os indivíduos com renda familiar *per capita* de R\$140,00 mensais, e extremamente pobre com renda de R\$ 70,00 mensais (valores do ano 2010).

Proporção de pobres (P0) - proporção dos indivíduos com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 140,00 mensais, ou seja, parcela da população que está abaixo da linha da pobreza. Hiato de renda médio (P1) - corresponde ao valor médio da distância da renda *per capita* dos pobres em relação à linha de pobreza, assim, esse indicador se torna mais interessante que o anterior, pois ele informa a intensidade da pobreza e quanto é necessário adicionar em média na renda dos pobres para que eles consigam atingir a linha de pobreza. Hiato de renda quadrático médio (P2) - corresponde à distância média ao quadrado da renda *per capita* dos pobres com respeito à linha de pobreza, dessa forma, este dar mais peso aos mais pobres, priorizando em uma linha de pobreza aquele indivíduo que tem uma renda menor, o mais pobre de todos.

De uma forma mais simples, o P0 calcula a quantidade de pobres existentes, o P1 mostra o valor em média que falta para cada pobre atingir a linha de pobreza (uma pessoa tem R\$100,00, então falta 40) e P2 diz por onde deve iniciar as ações, quem deve ser priorizado.

Portanto, com base nesses indicadores, este trabalho irá mensurar essas variáveis de pobreza (P0, P1 e P2) considerando a renda domiciliar *per capita* com e sem a inclusão de rendimentos do Programa Bolsa Família, fazendo uma comparação dessas duas situações, através de variações absolutas e relativas. Os dados para o cálculo desses indicadores serão extraídos do microdados do censo do IBGE. Cabe destacar que esse trabalho estará mensurando a contribuição direta

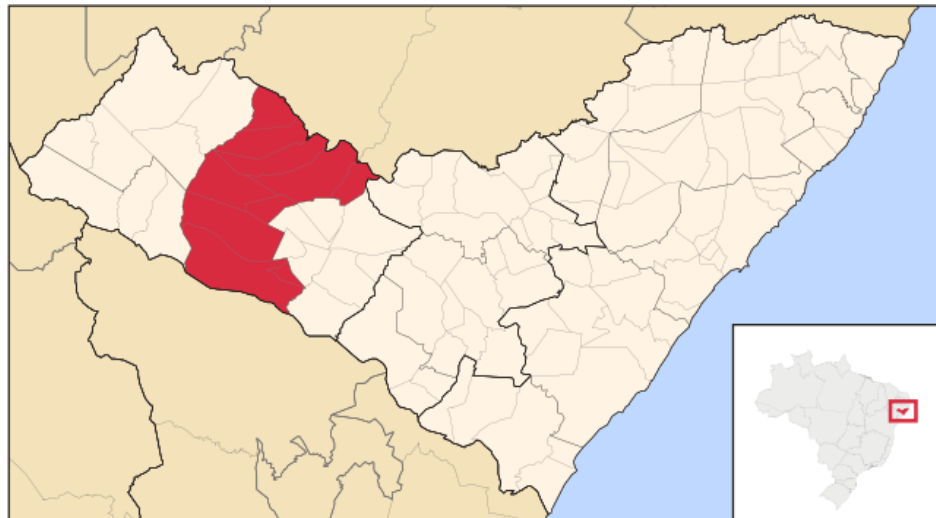
do PBF, podendo existir um outro efeito (indireto) através de um possível estímulo das famílias beneficiárias obterem outras fontes de renda.

#### 4) CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DE SANTANA DO IPANEMA

Esse capítulo apresenta uma breve caracterização socioeconômica da microrregião de Santana do Ipanema, considerando alguns indicadores: crianças fora da escola, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Renda *per capita*.

O estado de Alagoas tem uma área no total de 27.933,1 Km<sup>2</sup>, composto por 13 microrregiões. A microrregião de Santana do Ipanema é composta por 10 municípios, compondo uma área de 3066 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Os municípios que fazem parte dessa microrregião são: Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira. Podemos verificar isso na figura 1 do estado de Alagoas, onde está destacado a microrregião de Santana do Ipanema.

**Figura 1** – Microrregião de Santana do Ipanema.



**Fonte:** LORENZETO, 2006.

A tabela 1 mostra a porcentagem de crianças de 0 a 5 e 6 a 14 anos que estão fora da escola para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema. Para o ano 2000, podemos perceber que os municípios de São José da Tapera e Ouro Branco apresentam a maior e menor taxa de crianças de 0 a 5 fora da escola

respectivamente. No ano 2010, podemos perceber queda nessa taxa para todos os municípios da microrregião, mas ressaltando os municípios de Poço das Trincheiras que apresentou a maior redução, 31,95 pontos percentuais (p.p.), e o município de Maravilha com queda de 27,47 p.p.

**Tabela 1** - % de crianças de 0 a 5 anos e 6 a 14 anos fora da escola nos anos de 2000 e 2010.

Municípios	% de 0 a 5	% de 0 a 5	% de 6 a 14	% de 6 a 14
	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)
Carneiros	83,74	69	3,07	3,76
Dois Riachos	78,67	59	14,12	6,15
Maravilha	81,47	54	15,57	2,55
Ouro Branco	70,13	68	6,34	4,36
Palestina	74,34	57	5,41	1,43
Pão de Açúcar	76,67	63	7,23	3,74
Poço das Trincheiras	86,95	55	4,6	3,01
Santana do Ipanema	82,46	70	9,49	4,33
São José da Tapera	90,89	70	10,29	3,45
Senador Rui Palmeira	90,65	79	12,99	2,38

**Fonte:** Adaptado de Atlas Brasil, 2017.

No que tange às crianças de 6 a 14 anos, foi verificado que os municípios de Carneiros e Maravilha apresentam a menor e maior taxa de crianças fora da escola, respectivamente. Constatou-se que no ano de 2010 o município de Carneiros foi o único que obteve aumento na taxa de crianças fora da escola, os demais apresentaram redução, com destaque para Maravilha e Dois Riachos que obtiveram as maiores reduções, 13,02 e 7,97 pontos percentuais respectivamente.

A tabela 2 mostra a porcentagem de crianças de 0 a 5 e 6 a 17 anos que estão frequentando a escola para os anos de 2000 e 2010, dados referentes aos municípios da microrregião de Santana do Ipanema. Como podemos observar na tabela, para as crianças de 0 a 5 anos tivemos aumento do número de crianças na escola para todos os municípios se compararmos o ano 2000 com o ano 2010. Ressaltando os municípios de Maravilha com aumento de 27,47 pontos percentuais e Poço das Trincheiras com aumento de 31,95 pontos percentuais, sendo esses os maiores aumentos.

**Tabela 2** - % de crianças de 0 a 5 e 6 a 17 anos na escola nos anos de 2000 e 2010.

Municípios	% de 0 a	% de 0 a	% de 6 a	% de 6 a
	5	5	17	17
	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)
Carneiros	16,26	31,00	91,72	92,23
Dois Riachos	21,33	41,00	82,4	91,88
Maravilha	18,53	46,00	81,71	93,21
Ouro Branco	29,87	32,00	89,08	91,46
Palestina	25,66	43,00	89,09	95,21
Pão de Açúcar	23,33	37,00	88,09	94,09
Poço das Trincheiras	13,05	45,00	90,08	94,16
Santana do Ipanema	17,54	30,00	86,41	92,65
São José da Tapera	9,11	30,00	87,07	92,64
Senador Rui Palmeira	9,35	21,00	85,8	93,92

**Fonte:** Adaptado de Atlas Brasil, 2017.

Para as crianças com idade entre 6 e 17 anos na escola, também tivemos aumento para todos os municípios analisados comparando o ano 2000 com o ano 2010. Nesse caso com aumentos menos significativos, pois a taxa de crianças na escola já era considerada alta no ano 2000, dessa forma, no ano de 2010 observou-se apenas um pequeno aumento em todos os municípios. Mas ainda com um pequeno destaque para os municípios de Dois Riachos e Maravilha que obtiveram aumentos de 9,48 e 11,50 pontos percentuais respectivamente.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que nada mais é do que um indicador socioeconômico adaptado através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) à realidade dos municípios brasileiros, vem em contraponto ao PIB, ou seja, ele analisa o desenvolvimento centralizado nas pessoas, e não somente que o desenvolvimento está baseado no crescimento econômico. Com esse indicador, se torna mais fácil a comparação de dados entre municípios, já que toda a realidade analisada fica em apenas um indicador. O IDHM está estruturado em três

dimensões: longevidade, educação e renda. A longevidade (vida longa e saudável) é medida por meio da expectativa de vida a partir do ano de nascimento. A educação (acesso ao conhecimento) é medida através da escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar das crianças e jovens. E por final, a renda (padrão de vida) é mensurada através da renda *per capita* municipal.

O IDHM é um número que está dividido em algumas faixas de desenvolvimento, que pode variar entre 0 e 1. Se o município estiver com índice de no máximo 0,499, o IDHM é muito baixo, até 0,599, terá um IDMH baixo, se estiver até 0,699 estará com índice médio, acima disso, alto (até 0,799) e muito alto (0,800 em diante). Portanto, quanto mais próximo de 0, menor será o desenvolvimento humano desse município ou região, e logicamente quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido será.

A tabela 3 exhibe o IDHM para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema–AL, 2000-2010. Como podemos verificar na tabela, para o ano 2000, todos os municípios analisados possuem IDHM muito baixo, ou seja, todos estão com índice inferior a 0,499. No ano 2010, no entanto, podemos perceber que todos os municípios subiram de índice, saindo do muito baixo (0,499) para o baixo (0,599).

**Tabela 3** – IDHM total dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2000-2010.

<b>Municípios</b>	<b>IDHM (2000)</b>	<b>IDHM (2010)</b>
Carneiros	0,356	0,526
Dois Riachos	0,37	0,532
Maravilha	0,343	0,569
Ouro Branco	0,396	0,547
Palestina	0,402	0,558
Pão de Açúcar	0,434	0,593
Poço das Trincheiras	0,313	0,526
Santana do Ipanema	0,425	0,591
São José da Tapera	0,319	0,527
Senador Rui Palmeira	0,299	0,518

**Fonte:** Adaptado de Atlas Brasil, 2017.

Ressaltando os municípios de Pão de Açúcar (0,593) e Santana do Ipanema (0,591) que ficaram com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano, faltando pouco para chegar ao IDHM médio, que está entre 0,600 e 0,699.

A tabela 4 mostra o IDHM dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano 2000 e 2010 para os índices, renda, longevidade e educação. Para o IDHM renda no ano 2000, os municípios de Santana do Ipanema e Poço das Trincheiras obtiveram o maior e menor índice respectivamente. Já para o ano 2010 percebemos que todos os municípios analisados tiveram uma melhora no IDHM renda, com destaque novamente para Santana que permaneceu com o maior número e agora Senador Rui Palmeira apresenta o menor número.

O IDHM longevidade mostra que todos os municípios apresentaram uma melhora em seus números se comparado o ano 2000 com 2010. São José da Tapera tem o menor número em 2000, e no ano 2010 Ouro Branco é quem fica com o menor IDHM longevidade. Poço das Trincheiras e Senador Rui Palmeira apresentaram os maiores aumentos, se comparado o ano 2000 com o ano 2010. Pão de Açúcar (0,793) e Santana do Ipanema (0,770) estão com os maiores IDHM longevidade para o ano 2010.

Para o IDHM educação percebe-se que esse índice obteve uma melhora significativa para todos os municípios. A variação de melhora foi maior se comparado aos índices já citados. Senador Rui Palmeira e São José da Tapera exibem os menores números no ano 2000. Em 2010, Pão de Açúcar e Palestina têm os maiores índices para a educação.

**Tabela 4** – IDHM Renda, Longevidade e Educação dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2000-2010.

<b>Municípios</b>	<b>IDMH Renda 2000</b>	<b>IDMH Renda 2010</b>	<b>IDMH Longev 2000</b>	<b>IDMH Longev 2010</b>	<b>IDMH Educ 2000</b>	<b>IDMH Educ 2010</b>
Carneiros	0,432	0,517	0,575	0,709	0,182	0,398
Dois Riachos	0,470	0,513	0,634	0,762	0,170	0,385
Maravilha	0,381	0,539	0,664	0,742	0,160	0,460
Ouro Branco	0,444	0,538	0,626	0,700	0,223	0,434
Palestina	0,421	0,505	0,610	0,735	0,253	0,467



Pão de Açúcar	0,495	0,536	0,664	0,793	0,249	0,491
Poço das Trincheiras	0,347	0,484	0,575	0,719	0,154	0,419
Santana do Ipanema	0,508	0,579	0,638	0,770	0,237	0,463
São José da Tapera	0,384	0,508	0,573	0,703	0,148	0,409
Senador Rui Palmeira	0,368	0,481	0,592	0,728	0,123	0,398

**Fonte:** Adaptado de Atlas Brasil, 2017.

Contudo, para os índices renda, longevidade e educação, percebe-se que houve avanços em todos os municípios analisados se comparando 2000 com 2010. Dessa forma, entende-se que a renda per capita das famílias aumentou, a esperança de vida e, sobretudo, a educação com resultados bem mais significativos. Com isso, tivemos um aumento da quantidade de adultos escolarizados e do fluxo escolar das crianças e jovens, um número menor de pobres e de modo geral houve uma melhora na qualidade de vida.

Outro indicador socioeconômico importante é a renda domiciliar *per capita*, que pode ser definido como toda a soma dos rendimentos das pessoas de uma residência dividido pela quantidade de residentes. Na tabela 5 apresenta-se esse indicador para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema, nos anos 2000 e 2010. Como podemos averiguar na tabela, o município de Santana do Ipanema apresenta a maior renda média domiciliar para os dois anos analisados, 188,57 (2000) e 293,85 (2010). No ano 2000 o município de Poço das Trincheiras é quem tem a pior renda média (69,20), e em 2010 passa esse indicador ruim para Senador Rui Palmeira (162,21), que fica com o pior resultado.

**Tabela 5** – Renda per capita dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2000-2010.

Municípios	Renda per capita (2000)	Renda per capita (2010)
Carneiros	117,4	199,58
Dois Riachos	148,66	194,81
Maravilha	85,80	229,39
Ouro Branco	126,89	227,56
Palestina	109,76	185,39
Pão de Açúcar	174,43	224,33
Poço das Trincheiras	69,20	162,21
Santana do Ipanema	188,57	293,85
São José da Tapera	87,03	188,84

Senador Rui Palmeira	79,05	159,61
----------------------	-------	--------

**Fonte:** Adaptado de Atlas Brasil, 2017.

Percebe-se que todos os municípios tiveram aumento em sua renda domiciliar *per capita* no período analisado. Destaca-se o município de Maravilha com crescimento de 143,59 pontos percentuais, saindo de 85,80 (2000), para 229,39 em 2010.

## 5) ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção inicialmente será apresentada a evolução dos gastos e número de beneficiados do Programa Bolsa Família na Microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2004 a 2016, e ainda ressaltando alguns possíveis fatores que contribuíram para esses aumentos. Posteriormente são feitas análises através da comparação dos gastos do PBF com o Fundo de Participação Municipal (FPM) e o Produto Interno Bruto (PIB).

### 5.1) Evolução dos Gastos

A tabela 6 mostra a evolução dos gastos reais do Programa Bolsa Família na microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2004 a 2016. Como pode ser observado, tivemos aumento dos gastos reais para todos os municípios nesse período. Verifica-se, por exemplo, que em Santana do Ipanema os gastos mais que quadruplicaram nesse intervalo de 12 anos, pois em 2004 os gastos eram de R\$ 3,2 milhões (valores em reais de 2010), já em 2016 atingiram R\$ 13,80 milhões.

**Tabela 6** – Gastos (em R\$ de 2010) do Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016.

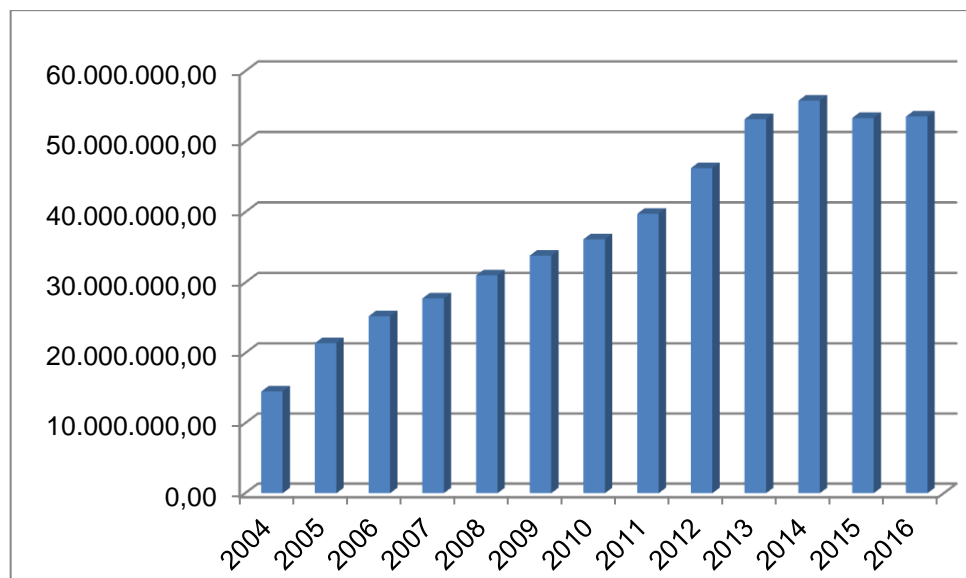
	2004	2007	2010	2016
Carneiros	982.281,26	1.200.834,42	1.681.821,00	3.529.486,25
Dois Riachos	766.758,45	1.909.484,04	2.501.894,00	2.444.820,77
Maravilha	1.009.946,79	2.001.296,28	2.429.390,00	3.190.462,46
Ouro Branco	502.236,87	1.687.903,86	2.606.337,00	3.764.133,67
Palestina	600.066,88	863.832,70	1.104.634,00	1.428.689,19
Pão de Açúcar	2.272.137,99	4.281.426,16	5.096.719,00	4.794.873,90
Poço das Trincheiras	1.138.227,79	2.261.110,71	2.892.726,00	4.768.604,10
Santana do Ipanema	3.173.056,66	6.318.322,29	8.519.893,00	13.800.088,28
São José da Tapera	2.949.185,54	5.078.233,85	6.717.517,00	11.175.959,00
Senador Rui Palmeira	1.122.001,65	2.149.624,25	2.615.314,00	4.668.592,91
Microrregião SI	14.515.899,88	27.752.068,58	36.166.245,00	53.565.710,51

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

**Nota:** Valores deflacionados pelo INPC.

No gráfico 1, constata-se que houve crescimento nos gastos reais do PBF na microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2004 até 2014, e redução em 2015 e 2016. Os aumentos mais significativos dos gastos ocorreram de 2004 para 2005 (R\$ 6,9 milhões) como esperado, pois o programa estava em processo de implantação e teve uma forte inclusão das famílias, e também entre 2011 e 2013, que observamos uma média de aumento de R\$ 6,7 milhões. Contudo, de 2005 a 2010 ficamos com média de aumento dos gastos reais em R\$ 3 milhões.

**Gráfico 1** – Gastos do Programa Bolsa Família (em R\$ de 2010) na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

**Nota:** Valores deflacionados pelo INPC.

A tabela 7 mostra a evolução no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, no período compreendido entre 2004 e 2016. Como pode ser observado pela tabela 7, o número de famílias beneficiadas aumentou com o passar dos anos em todos os municípios, com destaque para Ouro Branco e Dois Riachos que apresentaram os maiores aumentos proporcionalmente ao valor de início em 2004 do número de famílias beneficiadas. Vale ressaltar que Ouro Branco nesse período quase triplicou o número de famílias atendidas pelo PBF, saindo de 728 para 2126 famílias.

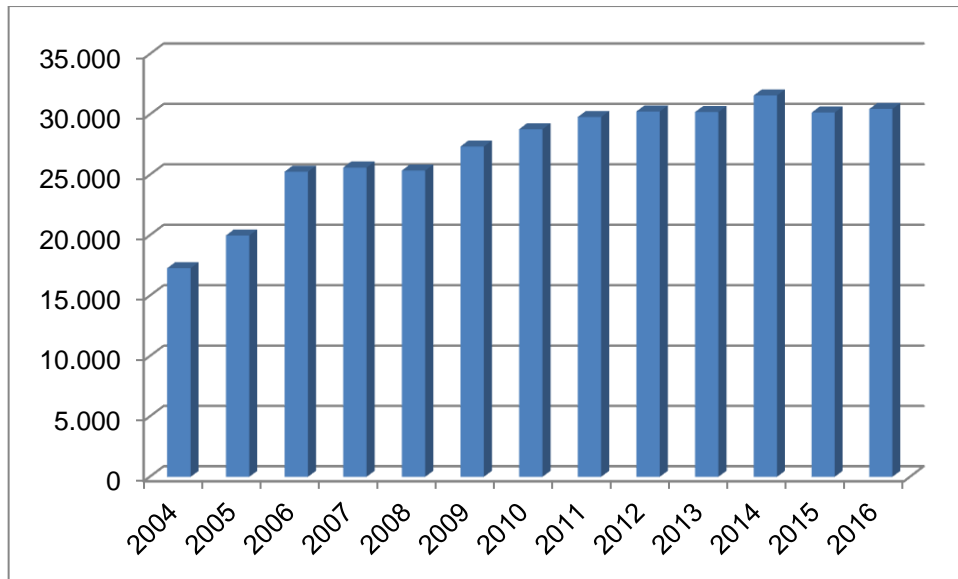
**Tabela 7** – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016.

	2004	2007	2010	2014	2016
Carneiros	766	1.005	1.360	1.532	1.505
Dois Riachos	805	1.787	1.994	2.349	2.051
Maravilha	1.494	1.923	2.006	2.053	1.964
Ouro Branco	728	1.546	2.164	2.193	2.126
Palestina	622	751	879	1.026	993
Pão de Açúcar	2.896	3.825	4.059	4.108	3.995
Poço das Trincheiras	1.412	2.143	2.278	2.364	2.449
Santana do Ipanema	4.104	6.187	6.824	8.165	7.611
São José da Tapera	3.058	4.460	5.079	5.601	5.513
Senador Rui Palmeira	1.401	1.983	2.137	2.177	2.248
Microrregião SI	17.286	25.610	28.780	31.568	30.455

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

O gráfico 2 ilustra a evolução do número de famílias beneficiadas pelo PBF na microrregião de Santana do Ipanema, mas indica também que em 2015 e 2016 houve redução do número de famílias beneficiadas em comparação a 2014. Madeiro (2017) revela que essa redução do número de famílias se deu a alguns fatores, como, famílias que não estavam cumprindo com as condicionalidades, outras que não tinham o direito de receber o benefício, pois fraudou a renda dizendo receber menos do que realmente recebia e, sobretudo, por que se intensificaram as fiscalizações do PBF.

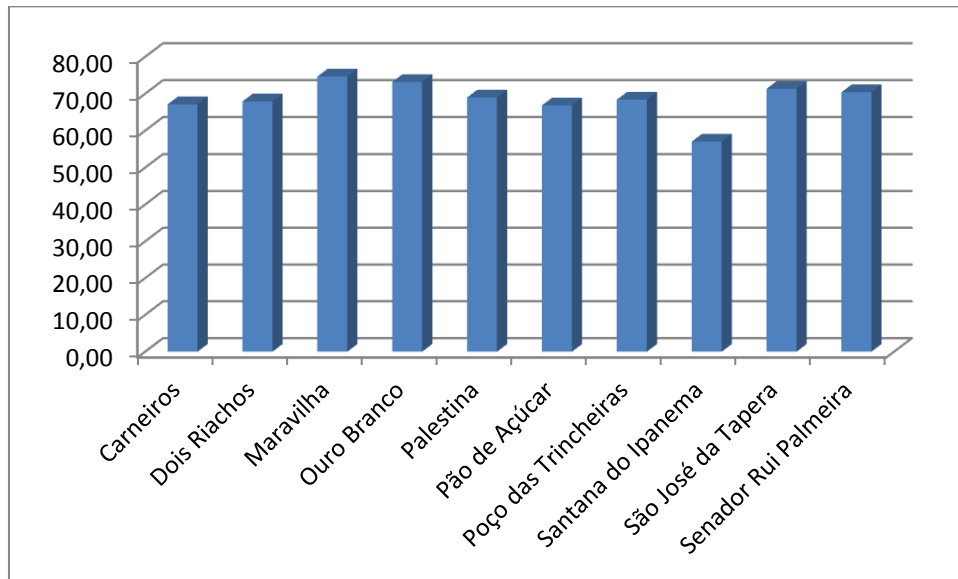
**Gráfico 2** – Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

O gráfico 3 mostra a razão entre o número de famílias beneficiadas pelo PBF e o número de domicílios existentes nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema em 2010. Como pode ser verificado no gráfico, essa razão ultrapassa os 60% em quase todos os municípios, assim, em mais da metade dos domicílios existentes dos municípios há beneficiários do Bolsa Família. Vale ressaltar que pode acontecer de duas famílias beneficiadas residirem no mesmo domicílio, e dessa forma, teríamos uma pequena alteração nos valores finais.

**Gráfico 3** – Razão entre o número de famílias beneficiadas pelo PBF por domicílios existentes nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema em 2010.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social e IBGE.

A tabela 8 apresenta o progresso do crescimento real anual dos gastos do Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2005 a 2016. Podemos notar na tabela um crescimento maior no início do programa (2005), voltando a ter um crescimento considerável novamente em 2012, quando o município de Carneiros apresentou um crescimento dos gastos reais na ordem dos 30%, demonstrando dessa forma que o PBF passou a atender mais pessoas e com valores maiores dos benefícios.

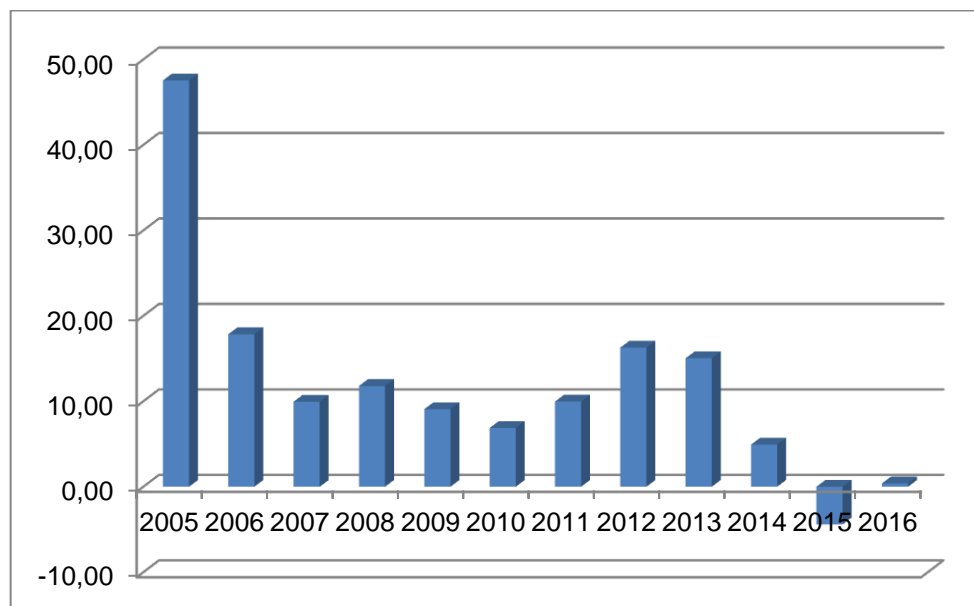
**Tabela 8** – Crescimento real anual dos gastos do Programa Bolsa Família nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2005-2016.

	2005	2007	2010	2012	2016
Carneiros	-1,28	4,78	14,70	30,18	3,63
Dois Riachos	21,87	47,23	5,17	11,97	-11,66
Maravilha	73,32	1,97	2,52	10,64	7,72
Ouro Branco	83,22	12,51	23,82	13,77	1,78
Palestina	20,45	9,54	14,94	17,05	-4,96
Pão de Açúcar	61,33	1,88	4,22	10,84	-5,68
Poço das Trincheiras	56,90	12,88	2,51	18,69	1,52
Santana do Ipanema	57,78	10,67	4,20	18,63	0,28
São José da Tapera	31,75	14,32	10,25	16,22	4,29
Senador Rui Palmeira	58,34	-1,77	1,42	18,29	-1,98
Microrregião SI	47,55	9,95	6,87	16,28	0,39

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

O gráfico 4 mostra o crescimento real anual dos gastos do PBF especificamente com dados da microrregião. Serão analisados e verificados no gráfico alguns períodos que se destacaram por um maior crescimento ou uma maior redução, citando alguns fatores que contribuíram para isso.

**Gráfico 4** – Crescimento real anual dos gastos do Programa Bolsa Família na microrregião de Santana do Ipanema, 2005-2016.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

No período compreendido entre 2011 a 2013 podemos destacar alguns fatores que contribuíram para o aumento dos gastos reais acima da média em relação aos anos anteriores. Como verificou Cardoso (2011), o que contribuiu para esses aumentos foram os reajustes dos benefícios para crianças e adolescentes até 15 anos (45%), para jovens de 16 e 17 anos (15%), e ainda a inclusão de grávidas e mulheres que amamentam. A autora ainda destaca que esses aumentos ocorreram, sobretudo, por que o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) averiguou que para essa faixa etária, 40% dos 16,2 milhões de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza têm até 14 anos de idade. Outro fator verificado pela autora foi que, segundo o levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social, estimava-se existir 800 mil famílias em situação de extrema



pobreza que ainda não estavam sendo atendidas pelo programa, e que a meta era que todas estivessem no programa até 2013.

No que compreende o período entre 2014 a 2016 que tivemos redução dos gastos reais, podemos citar alguns fatores que contribuíram para isso, como por exemplo, o governo federal passou a ter um controle e fiscalização maior do programa, retirando famílias que não se adequavam mais. Dessa forma, de 2014 até janeiro de 2017 o PBF ficou com déficit superior a 400 mil famílias beneficiárias (Madeiro, 2017).

A tabela 9 mostra a evolução dos gastos anuais do Programa Bolsa Família por família beneficiada nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2004 a 2016. Como pode ser verificado na tabela 9, os gastos reais por família aumentaram em todos os municípios nesse período de 12 anos. Observa-se, por exemplo, que Ouro Branco e Senador Rui Palmeira em 2004 apresentavam um gasto anual por família de R\$ 689,89 e R\$ 800,86 respectivamente, já em 2016 verificou-se que foram os dois municípios que apresentaram um crescimento maior dos gastos por família nesse período, chegando perto de triplicar o valor em comparação com 2004.

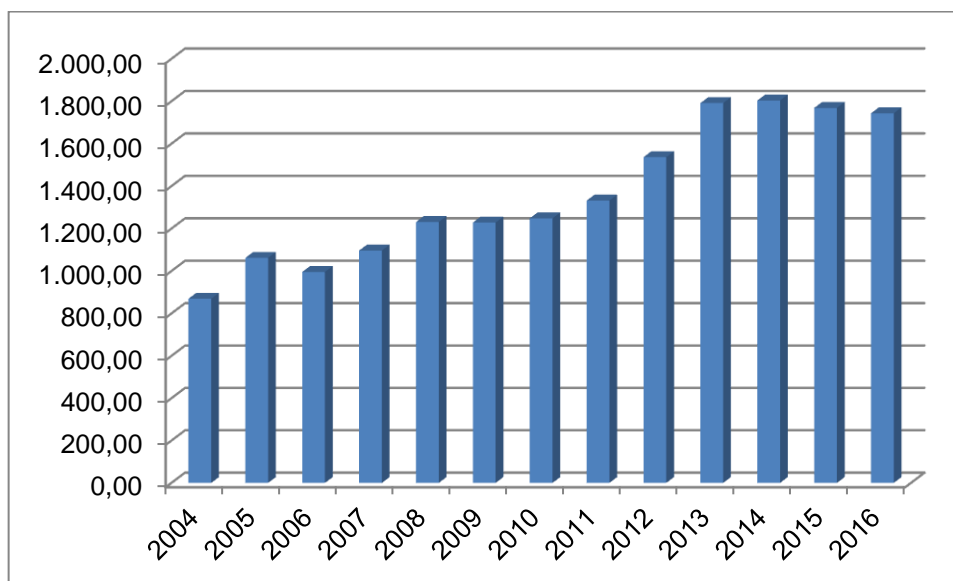
**Tabela 9** – Gastos do Programa Bolsa Família (em R\$ de 2010) por família beneficiada nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016.

	2004	2007	2010	2013	2016
Carneiros	1.282,35	1.194,86	1.236,63	2.263,71	2.345,17
Dois Riachos	952,49	1.068,54	1.254,71	1.392,44	1.192,01
Maravilha	676,00	1.040,72	1.211,06	1.637,06	1.624,47
Ouro Branco	689,89	1.091,79	1.204,41	1.803,39	1.770,52
Palestina	964,74	1.150,24	1.256,69	1.612,50	1.438,76
Pão de Açúcar	784,58	1.119,33	1.255,66	1.571,94	1.200,22
Poço das Trincheiras	806,11	1.055,11	1.269,85	1.917,77	1.947,16
Santana do Ipanema	773,16	1.021,23	1.248,52	1.673,50	1.813,18
São José da Tapera	964,42	1.138,62	1.322,61	1.870,08	2.027,20
Senador Rui Palmeira	800,86	1.084,03	1.223,82	2.171,34	2.076,78
Microrregião SI	869,46	1.096,45	1.248,40	1.791,37	1.743,55

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

O gráfico 5 ilustra o crescimento dos gastos anuais reais por família na microrregião de Santana do Ipanema no período de 2004 a 2016. Como é visto no gráfico, a microrregião apresenta crescimento dos gastos por família com o passar dos anos, saindo de R\$ 869,46 em 2004 para R\$ 1.743,55 em média.

**Gráfico 5** – Gastos do Programa Bolsa Família (em R\$ de 2010) por família beneficiada na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2016.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social.

A tabela 10 mostra a evolução na relação entre os gastos do Programa Bolsa Família e o Fundo de Participação Municipal (FPM) nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2004 a 2011. Pode ser analisado que essa razão aumentou, ou seja, os gastos do Bolsa família obtiveram um crescimento maior que o FPM. No município de Santana do Ipanema no ano de 2004, os gastos do Bolsa Família correspondiam a 33,88% do valor do FPM, já em 2011 esse indicador chegou a 48,11%. Bachtold (2013) verifica que os gastos do Bolsa Família estão crescendo em ritmo superior ao FPM, e que 457 cidades brasileiras já recebem um valor maior do Bolsa Família do que a receita do FPM.

**Tabela 10** – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o fundo de participação municipal (%) nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2011.

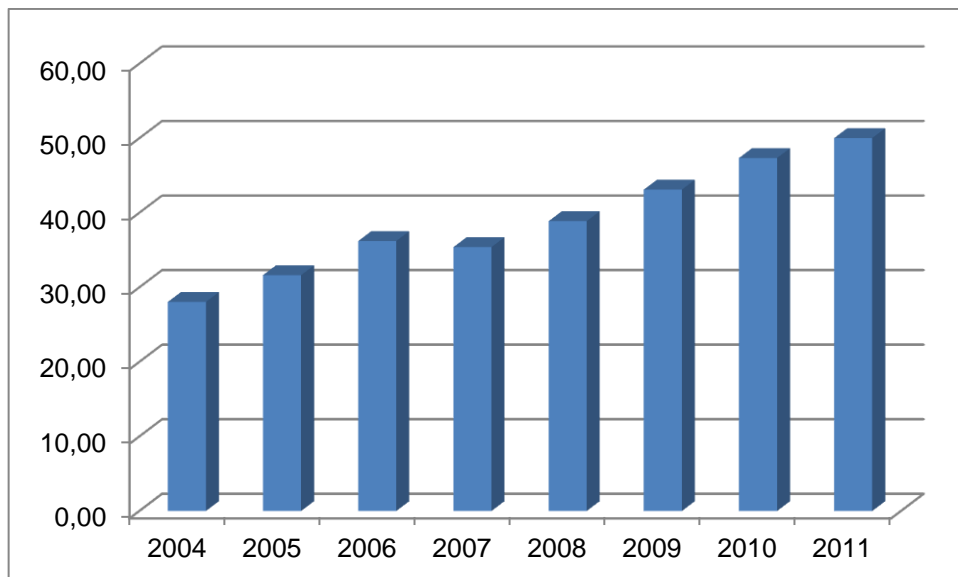
	2004	2006	2008	2011

Carneiros	29,91	27,04	28,86	
Dois Riachos	17,51	22,95	30,28	
Maravilha	18,45	27,78	30,70	33,46
Ouro Branco	11,47	26,55	26,00	36,03
Palestina				
Pão de Açúcar	29,66	42,59	36,11	40,33
Poço das Trincheiras	20,80	28,35	36,81	32,72
Santana do Ipanema	33,88	40,42	45,27	48,11
São José da Tapera	40,01	49,46	52,44	55,58
Senador Rui Palmeira	25,62	31,00	34,34	38,56
Microrregião SI	28,04	36,21	38,87	50,02

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social e IPEADATA.

O gráfico 6 apresenta a trajetória crescente na relação gastos do PBF com o FPM para a microrregião de Santana do Ipanema no período de 2004 a 2011. Para a microrregião acontece o mesmo que já verificado para os municípios, houve aumento da razão entre os gastos do PBF e FPM.

**Gráfico 6** – Razão entre os gastos do Programa Bolsa família e o Fundo de Participação municipal (%) na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2011.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social e IPEADATA.

A tabela 11 mostra a evolução na relação (razão) entre os gastos do Programa Bolsa Família e o PIB nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, no período de 2004 a 2010. Pode ser constatado que essa razão aumentou, um exemplo a ser destacado é Ouro Branco, que em 2004 o PBF correspondia a 2,21% do PIB, já em 2010 essa razão mais que triplicou chegando a 7,22%.

**Tabela 11** – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o PIB (%) nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2010.

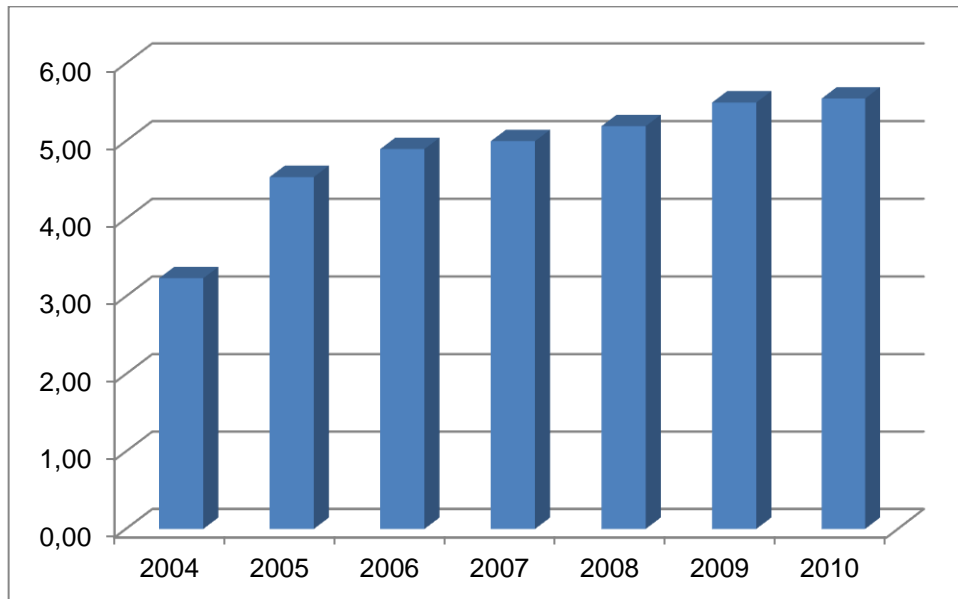
	2004	2006	2008	2010
Carneiros	5,82	5,73	5,11	6,12
Dois Riachos	2,87	3,80	5,97	6,63
Maravilha	3,58	6,17	6,24	6,33
Ouro Branco	2,21	5,33	5,52	7,22
Palestina	5,22	5,64	5,66	6,41
Pão de Açúcar	3,44	5,12	5,24	5,45
Poço das Trincheiras	4,31	6,58	7,07	6,67
Santana do Ipanema	1,86	3,30	3,57	3,87
São José da Tapera	5,29	6,19	6,46	6,86
Senador Rui Palmeira	4,58	7,33	7,01	6,54
Microrregião SI	3,23	4,90	5,19	5,55

**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social e IPEADATA.

Ressaltando que segundo Neri, Vaz e Souza (2013) o PBF tem um multiplicador sobre o PIB respectivamente de 1,78. Portanto, para cada R\$ 1 investido no PBF gera um aumento de R\$ 1,78 no PIB. Em outras palavras, essa proporção na tabela não corresponde ao impacto, já que provavelmente existe um efeito multiplicador maior do que 1 para a região, cálculo este que foge ao escopo desse trabalho.

O gráfico 7 mostra a razão entre os gastos do PBF e o PIB na microrregião de Santana do Ipanema no período de 2004 a 2010. Assim, o gráfico exemplifica que com o passar dos anos há uma evolução crescente na relação nesse indicador.

**Gráfico 7** – Razão entre os gastos do Programa Bolsa Família e o PIB (%) na microrregião de Santana do Ipanema, 2004-2010.



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2017, fundamentado nos dados da Matriz de Informação Social e IPEADATA.

## 5.2) Impacto do PBF Sobre a Pobreza e Desigualdade de Renda

Nesse tópico, análises acerca da contribuição do PBF em alguns indicadores de pobreza monetária e desigualdade de renda serão realizadas, tendo como base os seguintes indicadores: Proporção dos pobres (P0), Hiato de renda médio (P1) e Hiato quadrático médio (P2), esses já descritos na metodologia. A linha de pobreza e extrema pobreza utilizada foi a do PBF, valores do ano 2010, onde tínhamos os extremamente pobres com renda domiciliar *per capita* até R\$ 70,00 mensais, e pobreza quando os indivíduos se encontravam com renda até R\$ 140 mensais.

A tabela 12 mostra o nível de pobreza medido através da proporção dos pobres com e sem o PBF e sua variação percentual para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano 2010. Como mostra a tabela 12, todos os municípios da microrregião de Santana do Ipanema apresentam números melhores quando se leva em consideração o PBF, pois sem o programa verifica-se que a proporção de indivíduos abaixo da linha de pobreza é maior. Nota-se que Santana do Ipanema (0,48/0,52) e Ouro Branco (0,49/0,52) apresentam os melhores resultados quando se é levado em consideração o PBF e quando não é também, ou

seja, nesses dois municípios o número de pobres abaixo da linha da pobreza é menor em comparação aos demais da microrregião. No sentido oposto, Poço das Trincheiras e Palestina encontram-se com os piores dados com e sem o programa. Esses resultados podem ter algumas explicações, como por exemplo, os estados do Nordeste são onde existe a maior proporção de domicílios que necessitam da assistência do PBF, e quando analisamos o estado de Alagoas isso fica mais evidente, pois mais de um terço da população pertence ou pertencia quando iniciou o PBF ao público alvo do programa.

**Tabela 12** – Pobreza (P0) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010.

	P0 com PBF	P0 sem PBF	Var. %	Diferença (em p.p)
Carneiros	0,56	0,61	-8,20	-0,05
Dois Riachos	0,58	0,61	-4,92	-0,03
Maravilha	0,51	0,55	-7,27	-0,04
Ouro Branco	0,49	0,52	-5,77	-0,03
Palestina	0,63	0,67	-5,97	-0,04
Pão de Açúcar	0,52	0,56	-7,14	-0,04
Poço das Trincheiras	0,68	0,70	-2,86	-0,02
Santana do Ipanema	0,48	0,52	-7,69	-0,04
São José da Tapera	0,58	0,62	-6,45	-0,04
Senador Rui Palmeira	0,60	0,64	-6,25	-0,04
Microrregião SI	0,55	0,58	-5,17	-0,03

**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

Quando é levada em consideração a variação percentual ainda fica mais nítido o quanto foi a contribuição do PBF na redução da proporção dos pobres, pois a diferença com e sem o programa para o município de Carneiros foi de -8,20%, já em Santana do Ipanema de -7,69%. Dessa forma, foi constatado que o PBF contribuiu para redução da proporção de pobres, retirando em cada município da microrregião inúmeras pessoas que se encontravam abaixo da linha da pobreza.

A tabela 13 mostra a pobreza medida através do hiato médio com a participação do PBF e sem o programa, e sua variação percentual para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano 2010.

Pode ser constatado na tabela 13 que em relação à diminuição da razão de insuficiência de renda ou hiato de renda médio, o programa teve um impacto mais significativo do que na proporção dos pobres, pois o hiato médio pondera os indivíduos distinguindo os mais pobres dos menos pobres, já na proporção dos pobres, todos os indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza são classificados com o mesmo peso, dessa forma, o hiato médio é mais eficiente ao conseguir fazer essa distinção. Pois, para existir evolução na proporção dos pobres os indivíduos tem que mudar seu status, ou seja, alcançar a linha de pobreza depois da transferência de renda, já no hiato médio, à medida que esse indivíduo recebe a renda ele fica menos pobre, mesmo não mudando seu status (de não pobre para pobre), o hiato médio melhora porque ele percebeu essa melhoria monetária na condição dessa pessoa.

**Tabela 13** - Pobreza (P1) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010.

	P1 com PBF	P1 sem PBF	Var. %	Diferença (em p.p)
Carneiros	0,32	0,40	-20,00	-0,08
Dois Riachos	0,33	0,40	-17,50	-0,07
Maravilha	0,30	0,37	-18,92	-0,07
Ouro Branco	0,29	0,37	-21,62	-0,08
Palestina	0,37	0,46	-19,57	-0,09
Pão de Açúcar	0,31	0,38	-18,42	-0,07
Poço das Trincheiras	0,44	0,53	-16,98	-0,09
Santana do Ipanema	0,29	0,36	-19,44	-0,07
São José da Tapera	0,36	0,44	-18,18	-0,08
Senador Rui Palmeira	0,39	0,47	-17,02	-0,08
Microrregião SI	0,33	0,41	-19,51	-0,08

**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

Portanto, podem ser percebidas na tabela a seguir que as variações percentuais são maiores quando se analisa o hiato médio do que foi na proporção dos pobres com e sem o PBF. Podem ser verificados na tabela que Ouro Branco (-21,62%) e Carneiros (-20,00%) exibem as maiores variações percentuais, logo foram os municípios que apresentaram os melhores resultados quando analisado o hiato médio com e sem o PBF.

Ainda sobre a tabela 13, vale ressaltar que ao se comparar o hiato médio de renda com o PBF e sem o programa, observa-se que todos os municípios da microrregião de Santana do Ipanema apresentaram redução na insuficiência de renda quando verificado com PBF, com destaque para Santana do Ipanema e Ouro Branco que estão com um número menor de pobres situados abaixo da linha da pobreza. É notável a influência do programa na redução da insuficiência de renda.

A tabela 14 mostra a pobreza medida através do hiato médio quadrático com e sem participação do PBF e sua variação percentual para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema em 2010.

É observado na tabela 14 que em relação ao hiato médio quadrático o PBF impactou de forma mais abrangente, apresentando um impacto maior em comparação com os outros dois indicadores (P0 e P1). O hiato médio quadrático dá uma ponderação maior aos indivíduos mais pobres nos cálculos (como em P1, só que ao quadrado), assim, ele consegue dar mais peso aos mais pobres do que no hiato médio, conseguindo medir proporcionalmente possíveis mudanças na renda desses indivíduos, ou seja, os mais pobres são os alvos prioritários do hiato médio quadrático.

**Tabela 14** - Pobreza (P2) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010.

	P2 com PBF	P2 sem PBF	Var. %	Diferença (em p.p)
Carneiros	0,23	0,33	-30,30	-0,10
Dois Riachos	0,25	0,33	-24,24	-0,08
Maravilha	0,22	0,32	-31,25	-0,10
Ouro Branco	0,21	0,31	-32,26	-0,10
Palestina	0,28	0,40	-30,00	-0,12
Pão de Açúcar	0,23	0,32	-28,13	-0,09
Poço das Trincheiras	0,34	0,47	-27,66	-0,13
Santana do Ipanema	0,22	0,30	-26,67	-0,08
São José da Tapera	0,26	0,37	-29,73	-0,11
Senador Rui Palmeira	0,30	0,41	-26,83	-0,11
Microrregião SI	0,25	0,34	-26,47	-0,09

**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

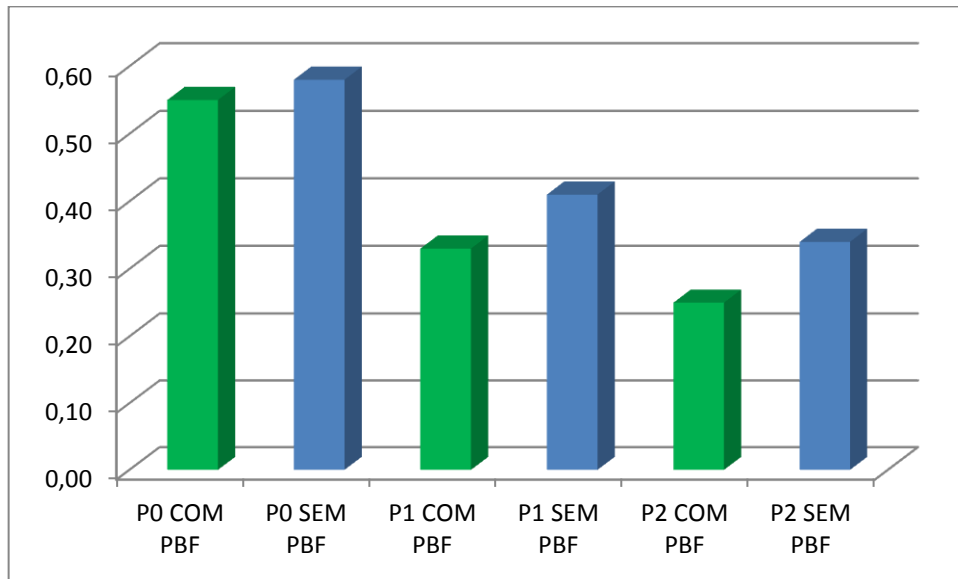


O PBF apresenta resultados melhores, pois na medida em que é transferido o mínimo que seja de renda para os mais pobres, o hiato quadrático vai melhorar proporcionalmente a melhora da pessoa, pois como ele mede proporcionalmente o nível da pobreza, sofrerá impacto diferente quando uma pessoa que só tem R\$ 90,00 recebe mais 10, do que outra que já tem R\$ 120,00 e recebe os mesmo 10, assim, dada essa simulação a pessoa que tem os 90 vai ter um impacto maior dos 10 na sua renda (11,11%) do que a outra que já tinha 120 e recebeu os mesmo 10 (8,33%).

Em suma, é notório o impacto do PBF na diminuição do hiato médio quadrático ou severidade da pobreza, pois como verificado na tabela 14, todos os municípios da microrregião de Santana do Ipanema apresentaram resultados melhores quando se tem a inclusão do PBF. Como pode ser observado, por exemplo, a variação percentual com e sem o programa chega a -32,26% em Ouro Branco e -31,25% em Maravilha.

O Gráfico 8 mostra a pobreza medida pela proporção dos pobres, hiato de renda médio e hiato quadrático médio P0, P1 e P2 respectivamente, com e sem a participação do PBF na microrregião de Santana do Ipanema, 2010. Como examinado no gráfico, para os três indicadores analisados foi percebido que o programa Bolsa Família contribuiu tanto para redução da pobreza quanto para desigualdade de renda.

**Gráfico 8** – Pobreza P0, P1 E P2 com e sem o PBF para a microrregião de Santana do Ipanema, 2010.



**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

A tabela 15 mostra o grau de extrema pobreza medida através da proporção de pessoas nessa situação com e sem o Bolsa família e sua variação percentual para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema em 2010. Lembrando que foi adotado nesse trabalho como linha de extrema pobreza o valor da renda domiciliar *per capita* de R\$ 70,00 mensais.

Percebe-se que o Bolsa Família em relação à extrema pobreza obteve um impacto maior na redução da proporção dos indigentes do que em relação à proporção de pobres. Isso se dá por que quanto mais necessitado for o indivíduo ou unidade familiar mais impactante será o efeito da transferência de renda. Além do mais, o PBF tende a beneficiar primeiramente as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, assim, tendo um impacto maior na redução dos indigentes, pois o programa concede um benefício chamado básico para as famílias extremamente pobres no valor de R\$ 70,00, para aliviar de imediato a situação da pessoa ou unidade familiar.

**Tabela 15** - Extrema Pobreza (P0) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010.

	P0 com PBF	P0 sem PBF	Var. %	Diferença (em p.p)
Carneiros	0,34	0,41	-17,07	-0,07

Dois Riachos	0,34	0,40	-15,00	-0,06
Maravilha	0,31	0,37	-16,22	-0,06
Ouro Branco	0,31	0,37	-16,22	-0,06
Palestina	0,37	0,44	-15,91	-0,07
Pão de Açúcar	0,32	0,36	-11,11	-0,04
Poço das Trincheiras	0,47	0,52	-9,62	-0,05
Santana do Ipanema	0,31	0,36	-13,89	-0,05
São José da Tapera	0,40	0,44	-9,09	-0,04
Senador Rui Palmeira	0,43	0,47	-8,51	-0,04
Microrregião SI	0,35	0,41	-14,63	-0,06

**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

Podemos observar na tabela 15 que quando analisamos a extrema pobreza com o impacto do PBF e sem o programa há uma variação percentual positiva para o efeito do Bolsa Família. Em Carneiros, Ouro Branco e Maravilha as variações percentuais ultrapassam os 16%, exemplificando assim o quanto foi importante o PBF para redução de P0. Por outro lado, em São José da Tapera e Senador Rui Palmeira o efeito do programa foi menor, chegando a variações de 9,09% e 8,51% respectivamente. No entanto, não menos importante do que nos demais.

Na tabela 16 é verificada a extrema pobreza examinada através do hiato médio com e sem o impacto do PBF e sua variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema em 2010. Pode ser ressaltado na tabela que o PBF tem tido um impacto maior na redução dos indicadores de extrema pobreza, isso pode se dar pelo fato da análise em questão ter sido feita numa região onde os indicadores de pobreza e principalmente extrema pobreza são altos, a renda *per capita* é mais baixa, as famílias beneficiárias em questão são mais numerosas e como o programa concede o benefício para até 3 crianças no valor de R\$ 22,00 cada (máximo 66,00) e mais o benefício para até 2 jovens de R\$ 33,00 cada (máximo 66,00), e pelo grau de focalização do programa, tende a ter um impacto maior nessas famílias mais numerosas e mais pobres (valores e limite de crianças do ano 2010). Dessa forma, o hiato de renda médio apresentou resultados positivos e expressivos quando impactado pelo PBF.

**Tabela 16** - Extrema Pobreza (P1) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010.

	P1 com PBF	P1 sem PBF	Var. %	Diferença (em p.p)
Carneiros	0,19	0,29	-34,48	-0,10
Dois Riachos	0,21	0,29	-27,59	-0,08
Maravilha	0,18	0,29	-37,93	-0,11
Ouro Branco	0,18	0,29	-37,93	-0,11
Palestina	0,25	0,36	-30,56	-0,11
Pão de Açúcar	0,19	0,29	-34,48	-0,10
Poço das Trincheiras	0,30	0,44	-31,82	-0,14
Santana do Ipanema	0,18	0,27	-33,33	-0,09
São José da Tapera	0,22	0,33	-33,33	-0,11
Senador Rui Palmeira	0,26	0,38	-31,58	-0,12
Microrregião SI	0,21	0,31	-32,26	-0,10

**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

As variações observadas no hiato médio com e sem o PBF mostra o quão importante as transferências de renda desse programa têm impactado positivamente nesses municípios. Vale ressaltar como destaque desses resultados os municípios de Maravilha e Ouro Branco com variações positivas para o efeito do programa de -37,93% cada. Conseqüentemente, o Bolsa Família reduziu o número de indigentes em todos os municípios verificados com média de variação acima dos 30%.

A tabela 17 mostra o nível de extrema pobreza medida pelo hiato quadrático de renda médio, e sua variação percentual para os municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010. Como já verificado anteriormente, esse indicador é mais sensível às mudanças na renda das pessoas, dessa forma, mais uma vez o PBF apresentou um efeito maior no hiato quadrático do que nos outros indicadores. Mostrando também mais uma vez que o PBF tem impactado de forma mais abrangente as pessoas em condição de extrema pobreza, pois o mínimo que seja de renda transferida para elas já faz com que sua situação melhore.

Deste modo, é examinado na tabela 17 que o PBF reduziu o hiato quadrático médio da extrema pobreza em todos os municípios analisados com variação mínima de -38,46% em Dois Riachos e máxima constatada em Ouro Branco (-53,85). Dessa forma, é percebido que em média o PBF reduziu o hiato quadrático quase pela metade em alguns municípios e em outros mais da metade. Mais uma vez é

comprovada a eficácia do programa em minorar as penúrias e promover mais igualdade entre os indivíduos.

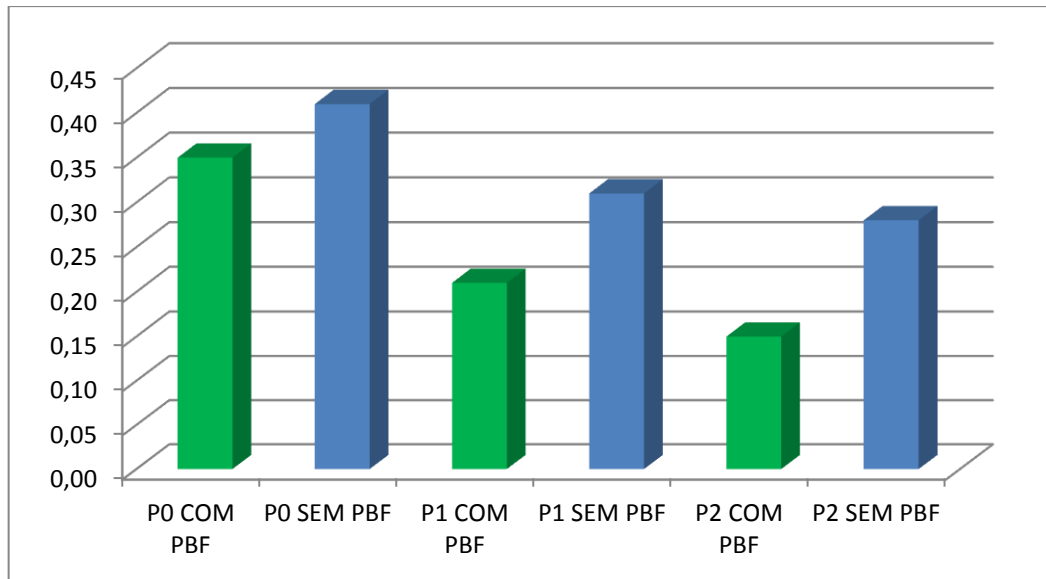
**Tabela 17** - Extrema Pobreza (P2) com e sem o Bolsa Família e a variação percentual nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010.

	P2 com PBF	P2 sem PBF	Var. %	Diferença (em p.p)
Carneiros	0,13	0,26	-50,00	-0,13
Dois Riachos	0,16	0,26	-38,46	-0,10
Maravilha	0,13	0,26	-50,00	-0,13
Ouro Branco	0,12	0,26	-53,85	-0,14
Palestina	0,18	0,34	-47,06	-0,16
Pão de Açúcar	0,14	0,27	-48,15	-0,13
Poço das Trincheiras	0,22	0,41	-46,34	-0,19
Santana do Ipanema	0,13	0,24	-45,83	-0,11
São José da Tapera	0,15	0,30	-50,00	-0,15
Senador Rui Palmeira	0,18	0,34	-47,06	-0,16
Microrregião SI	0,15	0,28	-46,43	-0,13

**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

O gráfico 9 ilustra a eficiência do PBF em reduzir a extrema pobreza medida pela proporção dos pobres, hiato médio e o hiato quadrático médio na microrregião de Santana do Ipanema em 2010. Como verificado no gráfico, quando analisada a extrema pobreza com o impacto do Bolsa Família percebe-se uma melhora no indicador analisado. É conclusivo que quanto mais sensível for o indicador da análise mais ficará nítido o impacto do programa na redução de pessoas em situação de extrema pobreza.

**Gráfico 9** – Extrema Pobreza P0, P1 E P2 com e sem o PBF para a microrregião de Santana do Ipanema, 2010.



**Fonte:** Adaptado do Microdados do Censo do IBGE, 2017.

## 6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a contribuição do Programa Bolsa Família nos indicadores de pobreza monetária nos municípios da microrregião de Santana do Ipanema no ano de 2010. Ademais, buscou-se mostrar uma breve descrição da evolução dos gastos e do número de beneficiados comparando a alguns indicadores gerais da microrregião.

Foi constatado que de 2000 até 2010 houve melhoras para todos os indicadores, uma quantidade menor de crianças e jovens fora da escola, maior IDH e maior nível de renda. Dessa forma, percebe-se a relação positiva do PBF com esses resultados, pois o Bolsa Família tende a impactar de forma mais contundente regiões mais precárias, que é o caso da analisada. Assim, uma das condicionalidades do programa é que as crianças estejam na escola, desse modo, aumentado a frequência escolar, e com a transferência da renda do PBF logicamente iria aumentar a renda *per capita*, no entanto, outros fatores devem ter contribuído também para melhora desses indicadores, pois o programa em questão deu apenas a sua contribuição.

No que tange à redução da pobreza e extrema pobreza medida pela proporção dos pobres, hiato de renda médio e hiato quadrático de renda médio, o PBF contribuiu de forma primordial para redução da pobreza e extrema pobreza em todos os municípios analisados. Vale ressaltar que o programa tem se mostrado mais eficaz na redução da extrema pobreza, o que é o objetivo do mesmo. Isso também se deve ao fato que a transferência de renda do PBF terá o impacto maior nos indivíduos que estiverem em pior condição, ou seja, aqueles que estão abaixo da linha da extrema pobreza, assim como nos indicadores que captam a distância da renda em relação a linha de pobreza (P1 e P2).

Finalmente, é conclusiva desse trabalho que o PBF foi eficaz no que se propôs, promover o alívio imediato à pobreza. Dessa forma, mostra-se a importância desse programa social na vida de milhões de brasileiros, entretanto, não consegue erradicar a pobreza, pois seriam necessárias outras políticas públicas que viessem a

complementar, para que essas pessoas conseguissem ascender socialmente e não precisassem mais do programa.



## REFERÊNCIAS

ABREU, L. B. P. **O Programa Bolsa Família: entre proteção e a “desproteção” social de seus beneficiários.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2011.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 27 set. 2017.

BACHTOLD, Felipe. Bolsa Família dá mais verba que fundo de participação a 457 cidades. **Folha de São Paulo**, Porto Alegre. 26 out. 2013. Poder. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1362477-bolsa-familia-da-mais-verba-que-fundo-de-participacao-a-457-cidades.shtml>> Acesso em: 5 Out. 2017.

BAPTISTELLA, J.C.F. **Qualidade no Gasto Público: Os Impactos dos Programas de Transferência Condicionada de Renda na Desigualdade do Rendimento Domiciliar Per Capita nas Macrorregiões Brasileiras pós-2000.** Finanças Públicas – XV Prêmio Tesouro Nacional, 2010.

CARDOSO, Daiene. Governo aumenta em 19,4% os gastos com Bolsa Família. **Estadão**, São Paulo. 30 dez. 2011. Política. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-aumenta-em-19-4-gastos-com-bolsa-familia,816842>> Acesso em: 4 Out. 2017.

COTTA, R. M. M; MACHADO, J.C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana Saúde Pública**. v. 33, n.1, p. 54-60, 2013.

DUARTE, G. B; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 47, n. 04, p. 903-918, out/dez 2009.

DURIEUX, M. **Transferência de Renda: programa bolsa família e cidadania.** Monografia de Pós-Graduação (Especialização em Educação Fiscal e Cidadania) - Escola de Administração Fazendária (ESAF), Brasília, 2011.

FERRAZ, L. F. **Programa Bolsa Família: impactos na distribuição da renda.** Monografia (Especialização em Orçamento Público) – Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Brasília, 2008.

FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**, New York, v.52, n. 3, p.761-766, 1984.

HOFFMAN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, v.8, n.1, p.55-81, julho, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 23 out 2017.

IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 7 out 2017.

JACCOUD, L. Programa Bolsa Família: proteção social e combate à pobreza no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.64 n.3 : 291-307 jul./set. 2013. ISSN:0034/9240.

MADEIRO, Carlos. Mesmo com alta do desemprego, Bolsa Família reduz 485 mil beneficiários em 3 anos. Uol notícias, Maceió. 02 mar. 2017. Cotidiano. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/02/mesmo-com-crise-bolsa-familia-reduz-485-mil-beneficiarios-em-3-anos.htm> > Acesso em: 03 de Outubro 2017.

MARQUES, R. M. et al. A Importância do Bolsa Família nos Municípios Brasileiros. In: VAITSMAN, J. ; SOUSA, R. P. (Org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. Brasília, 2007, v. 2, p. 163-203.

MATRIZ DE INFORMAÇÃO SOCIAL. Disponível em < [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php)> Acesso em: 10 out. 2017.

MELO, R. M. S; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o caso da agricultura familiar no nordeste do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 48, n.03, p. 635-656, jul./set. 2010.

MENDES, M.; MIRANDA, R. B.; COSIO, F. B. Transferências Intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma. **Textos para discussão 40**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Coordenação de estudos: Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>> Acesso em: 7 ago. 2016.

NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. Efeitos macroeconômicos do programa bolsa família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p.193-206.

ROCHA S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. Revista **Economia Contemporânea**, v.9, n.1, p. 153-185. Jan./abr. 2005.

SANTOS, A. H. S. **Redução da Desigualdade de Renda no Brasil: Determinantes e Consequências**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, M. O. S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SOARES, F. V et al. Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade. **Texto para discussão**, n.1228, Brasília: Ipea, 2006.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães . **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n.3 (40), p. 613-635, dez. 2010.

TESTA, M. G. et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v.47, n.6, p.1519-1541, nov./dez. 2013.

VIRGENS, D. S. **Uma análise dos principais determinantes da recente queda da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil (1995 – 2009)**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro Sócio Econômico (CSE) - Florianópolis, 2011.